



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)

BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

**RIGOR E INDULGÊNCIA: O DISCURSO E AS INTERPRETAÇÕES DAS
DELAÇÕES PREMIADAS**

LUANA LÍLIAN ALMEIDA DA SILVA

REDENÇÃO

2018

LUANA LÍLIAN ALMEIDA DA SILVA

**RIGOR E INDULGÊNCIA: O DISCURSO E AS
INTERPRETAÇÕES DAS DELAÇÕES PREMIADAS**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Moura

REDENÇÃO

2018

LUANA LILIAN ALMEIDA DA SILVA

RIGOR E INDULGÊNCIA: O DISCURSO E AS INTERPRETAÇÕES
DAS DELAÇÕES PREMIADAS

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

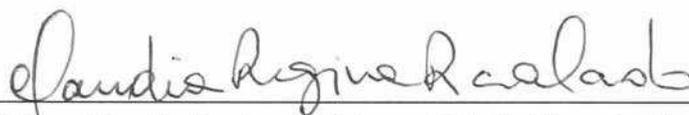
Aprovado em 13/06/2018

BANCA EXAMINADORA



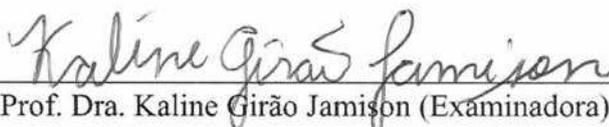
Prof. Dr. Sérgio de Moura, (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dra. Claudia Regina Rodrigues Calado (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dra. Kaline Girão Jamison (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A Deus.

Ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Sérgio Moura, por toda a orientação.

Ao meu pai, por sempre me apoiar.

Aos meus amigos e, em especial, Carlos Pires, por me ajudar com a conclusão do trabalho.

Ao Professor Roque, por dar o ponto inicial ao meu projeto.

“O descontentamento é o primeiro passo na
evolução de um homem ou de uma nação.”
(Oscar Wilde)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA	8
2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO.....	11
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1 Van Dijk	16
3.2 O que dizem outros autores	18
4. METODOLOGIA.....	23
5. CRONOGRAMA	24
6. REFERÊNCIAS	25

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O discurso político configura um assunto de grande importância, porém de difícil compreensão para a sociedade, por conta da questão da distinção no peso do nível de educação de cada um, inclusive quando se trata de orientar a escolha do poder que irá governar algum estado ou sociedade. O discurso em si já é um grande desafio, pois se trata de uma ferramenta de persuasão e convencimento para fazer algo que o orador queira. Maquiavel já declarava como o discurso poderia ser usado para a pura persuasão de seus interesses:

Todos sabem quão louvável é o príncipe que cumpre com a palavra dada e que vive com integridade e não com astúcia; contudo, a experiência de nossos tempos demonstra que são preciosamente os príncipes que muito realizaram os que menos mantiveram a palavra dada, e que souberam por meio da astúcia transtornar a mente dos homens. E, afinal, conseguiram superar aqueles que se fundamentaram na lealdade. (MAQUIAVEL, 2017, pag. 151).

É neste sentido que o discurso político atende a interesses diversos, muitas vezes contrários à sociedade. Mesmo que Maquiavel trate em sua obra sobre o poder e não sobre o discurso político em si, este trecho citado mostra como o discurso político é usado para a manutenção do poder (o trecho não é suficiente para mostrar isso não).

Mesmo algumas pessoas negando a participação em assuntos políticos, sabe-se que qualquer decisão a ser tomada é um ato político, inclusive as atribuições de valores e costumes que ocorrem corriqueiramente. Uma ideia bem presente no senso comum é que política só se faz em época de eleição. Essa ideia pode advir da pouca educação ou de informações preconceituosas ou pré-concebidas, quando o coletivo tende a crer em boatos espalhados e mal-entendidos, pois essa falta de informação e entendimento do verdadeiro sentido de política pode contribuir negativamente na escolha dos governantes.

Para além da educação, sempre existiu política, ou melhor, atos que se configurassem como políticos, na família, na sociedade entre todos. Na contemporaneidade, um ato de alto impacto são as famosas delações premiadas, que acontecem nos dias atuais com as pessoas que obtêm cargos públicos, empresários e nossos governantes (com pessoas que cometem atos criminosos). É neste enfoque que a presente pesquisa se articula com a temática política e discurso, no tocante à importância da interpretação dos discursos e das delações premiadas feitas a favor e contra, ao delatado, conhecidas como rigor (discurso pesado) e indulgência (discurso ameno). Esses dois são elementos essenciais à atual configuração política de nossa sociedade e à influência na escolha de governantes.

Essas duas categorias de análise, rigor e indulgência, são extraídas da nova retórica, em consonância com os estudos críticos do discurso, quando van Dijk (2006, 2008) apresenta a

retórica como uma das macro categorias de análise do discurso político para desvelar seu aspecto ideológico e suas consequências sócio-políticas.

Portanto, é nos discursos de rigor e indulgência, advindos das delações premiadas de partidos como PT e MDB, antigo PMDB, que este trabalho pretende focar.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Famosas atualmente, as delações ganharam força na sua existência e veracidade. Nesse contexto, a discussão de aceitação entre as delações tem um motivo. Quase sempre há uma dúvida no porquê de alguns partidos contemplarem e aceitarem as delações que são feitas contra (rigor) os partidos que são deles inimigos, e absurdamente (indulgência) contestarem a veracidade das delações que são feitas contra seu próprio partido. O que faz surgir a pergunta: por que quando se trata de prejudicar o lado oposto, o rigor é sempre veraz, e para perdoar seus próprios erros a indulgência tem que prevalecer? A resposta poderia ser óbvia, pois como diz o ditado popular, “apontar os erros dos outros é fácil, difícil é enxergar os seus próprios erros”.

Nessa era de delações que o país vivencia, há dois partidos que mais balançam a mídia nacional e muitas vezes internacional, são eles o PT (Partido dos Trabalhadores) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) antigo PMDB, que é justamente o partido do atual presidente brasileiro. A maioria das delações às quais hoje se tem acesso em sites de notícias e em outros veículos de notícias, sai desses dois partidos, que curiosamente se acusam, mas foram aliados até certo tempo. Essa ferramenta usada, na maioria das vezes, para diminuição de pena ou até livramento de um processo tem sua autenticidade duvidosa, em alguns casos, já que em alguns casos as delações se procedem por meio de provas ilícitas, de acordo com o CPP, como gravação de conversas que na maioria das vezes uma das pessoas não autoriza, os famosos “grampos”. Inclusive está prevista em lei, no CPP código de processo penal, que gravação sem autorização é crime, porém essa mesma prova está sendo bem aceita atualmente pela justiça brasileira, dando até abertura a inquérito, para acusado do delator. Eis o que diz o Código Penal sobre a ilicitude dessas provas:

CPP - Decreto Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941

Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008) **§ 1º** São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras. (Incluído pela Lei nº 11.690, de 2008)

§ 2º Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova. (Incluído pela Lei nº 11.690, de 2008)

§ 3º Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente. (Incluído pela Lei nº 11.690, de 2008) **§ 4º** (VETADO) (Incluído

pela Lei nº 11.690, de 2008

Código de processo penal brasileiro, (1941).

A legitimidade dessa ferramenta de acusação ou justificação vem da interpretação que a justiça absorve da prova, a justiça decide o que é lícito e não lícito. No entanto, há partidos que também querem decidir onde está a licitude dos fatos, principalmente quando a prova acusa ou defende o partido no qual o político está inserido.

Partidos como PT e MDB, antigo PMDB, que são partidos políticos de peso por terem uma formação política histórica em uma escala de tempo longa (PT 10 de fevereiro de 1980 e MDB 15 de janeiro de 1980), atualmente fazem polêmica e balançam os veículos midiáticos de notícia, com atos que chamam muita atenção, e corriqueiramente “maléficos” (questão de problemas sociais) à nação brasileira, como no caso do impeachment da última presidente eleita, Dilma Roussett, em que os interesses de ambos os partidos conflitaram.

Por outro lado, as delações premiadas que tanto sacodem a mídia têm dado ao público, principalmente aos de classe social menos abastada, a oportunidade da informação. É importante salientar que os cidadãos precisam saber o que acontece com seus representantes, e os meios de informação multimídia como a Internet têm garantido o que a mídia tradicional as vezes não consegue concluir, com informações mais longas e detalhadas. Os discursos e os atos políticos com ilicitude têm virado basicamente o assunto geral em universidades. Quando um assunto destes ganha relevância, ele se torna tema de diversos trabalhos e pesquisas acadêmicas como esta, a qual se sustentará em teorias das ciências políticas como Maquiavel (2017) e Valney Veras (2012) e do discurso como van Dijk (2008).

Seguinte questão: Por que tanto rigor (discurso pesado) para prejudicar o oposto, e por que tanta suplica de indulgência (discurso ameno) para livrar-se de acusações?

Eis um exemplo de delação premiada a ser analisada por este trabalho:

Jornal GGN - Mal o Supremo Tribunal Federal liberou os vídeos da delação de João Santana e sua esposa, ambos responsáveis pelas últimas campanhas

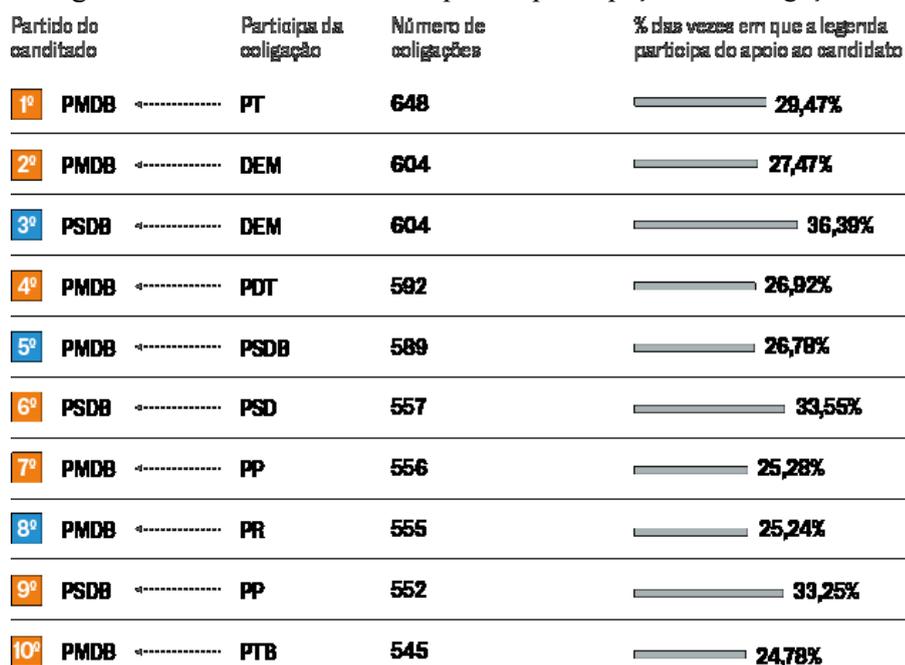
presidenciais do PT e o assunto já tem destaque nos principais portais noticiosos, com acusações contra a ex-presidente Dilma Rousseff e Lula. Em um dos depoimentos, Santana disse que Lula mandava recados à Dilma através do marqueteiro. Em uma das mensagens, teria pedido para avisar que Graça Foster, ex-presidente da Petrobras, estava "fechando a torneira" das empresas investigadas na Lava Jato. (GGN, 2017, pág. 01).

Na notícia acima fica claro o discurso de rigor das acusações, para partidos opostos, amenizada pela legenda partidária em foco.

Para darmos conta desta análise, o presente trabalho será realizado em meio à pesquisa bibliográfica, e pela coleta de dados de notícia dos veículos de mídia tradicionais e alternativos.

No gráfico a seguir, podemos ver o grau de alianças partidárias, destacando-se em primeiro, a do PT e do PMDB, que apesar de aliados até certo tempo, sempre se digladiaram nos discursos de rigor e indulgência.

Figura 1 – Gráfico das mais frequentes participações em coligações



Fonte: <http://infograficos-estaticos.s3.amazonaws.com/grafico-coligacoes/assets/imagens/coligacoesfrequent.es.png>

É neste contexto de acusações advindas das delações premiadas entre partidos “aliados” que focaremos nosso olhar sobre o rigor e a indulgência nos discursos de acusações. Talvez as palavras rigor e indulgência pareçam um pouco estranhas de imediato,

mas rigor significa: precisão, exatidão, severidade; e indulgência significam: perdão, complacência. Assim fica mais fácil de entender em que sentido serão analisados os discursos para a realização desta pesquisa. (Dicionário da língua brasileira)

O que é um pouco desconhecido para a sociedade é o real intuito dos discursos políticos, e a credibilidade das delações, que vem sempre de ambos os lados A ou B. Essa lacuna que não é preenchida que é a compreensão social, é o ponto de êxito, em casos de discurso de manipulação, pois se não é compreendido o núcleo do conteúdo, não se discute e nem se questiona seus efeitos (van Dijk, 2008)

O maior objetivo e desafio desse projeto, em termos de relevância, se justifica na necessidade de se compreender o que são rigor e indulgência na epistemologia do discurso político; ou seja, descobrir o que as narrativas de delação premiadas revelam em sua narrativa discursiva.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Van Dijk

A obra de Teun van Dijk (2008) é de suma importância para este trabalho. No livro “Discurso e Poder”, van Dijk (2008) analisa como as elites simbólicas conseguem, por meio do discurso, exercer seu poder dentro da sociedade e controlar não somente as ações desta, mas também sua forma de pensar. Para tal finalidade, o autor se vale metodologicamente da Análise Crítica do Discurso, enquanto entremeio da relação entre o que diz as elites e de como o que é dito, o discurso. Este é a representação simbólica da manutenção dos status, das posições privilegiadas, das comodidades, das relações de poder mantidas sob uma aura de legitimidade. Em certa parte, o autor discorre sobre as estruturas do discurso e as estruturas do poder, a saber, estruturas inter-relacionadas. Neste caso, van Dijk (2008) realiza uma análise do poder na sociedade e suas principais características, como também demonstra como o controle do discurso por uma elite simbólica dentro da sociedade pode determinar os modos de reprodução do discurso. Dentre as características desse modo de reprodução, o autor destaca o controle cognitivo e o ideológico, elaborando, ao falar do caráter ideológico, um pequeno tópico acerca do conceito de ideologia para os estudos críticos do discurso.

Para além dessas dimensões estruturais, o autor afirma que um elemento muito importante para a reprodução discursiva do poder e da dominância é o acesso a esse poder, e para van Dijk esse acesso só acontece se há um planejamento de um evento comunicativo, a escolha certa do cenário, o controle dos eventos comunicativos e o alcance e controle da audiência desse discurso. E para demonstrar sua afirmação, van Dijk realiza uma análise detalhada de como esses critérios de acesso ocorrem no contexto jurídico. Entretanto, além do contexto jurídico, o pesquisador fala a respeito de outros contextos nos quais quem tem acesso consegue exercer mais facilmente seu poder na sociedade, que são: a política, a mídia, a academia e os negócios.

É no cerne de nossa questão, discurso e política, que van Dijk apresenta um enquadre conceitual de como o discurso é processado na mente das pessoas, fazendo uma distinção entre a memória de curto prazo e a memória de longo prazo, e que artifícios os políticos utilizam para conseguirem que as pessoas acreditem, como única verdade, naquilo que estão dizendo. E além da cognição, van Dijk discute a respeito das estruturas do discurso político como os tópicos selecionados no momento da interação, os esquemas da ordem em que o discurso deve ser

pronunciado, assim como também a semântica, o estilo e a retórica do discurso. O autor traz

exemplos de como esse discurso, em sua interrelação discurso e política, é passado para a sociedade por meio do discurso das mídias, da política e mesmo dos livros didáticos, que estão conceitualmente eivados de conteúdos ideológicos.

É na retórica e no do discurso que conceitos como o de rigor e indulgência se enquadram, na medida em que o rigor se apresenta como um discurso pesado, condenatório, sem absolvição, e a indulgência apresenta leveza discursiva, caracterizada pelo discurso semanticamente ameno da parte interessada.

O rigor e a indulgência poderiam ser caracterizados como discursos de manipulação que as elites simbólicas exercem na sociedade a partir da manipulação da mente das pessoas, como também da manipulação da compreensão do discurso baseada na memória de curto prazo. Essa manipulação acontece, por exemplo, quando os jornais destacam apenas parte do texto da notícia para atrair a atenção das pessoas, e esse recurso contribui para um processamento mais detalhado o que ajuda para uma melhor lembrança. Além dessa manipulação da memória de curto prazo, o autor demonstra ainda a manipulação da memória episódica, ou seja, manipular a opinião das pessoas por meio das experiências que já passaram anteriormente. O discurso político assim é passível de manipulação, graduando-se de acordo com o grau de interesses envolvidos.

3.2 O que dizem outros autores

Para Veras (2012), os discursos políticos têm formas veladas ao serem oralmente praticados. Veras ainda coloca que ao mitigar uma fala sobre corrupção, o intuito é naturalizar seus efeitos.

Aqui se discute a relação de perdão para “heróis” e guerra de partidos. Essa intrigante questão tende a analisar o que se entende como herói, e por que os partidos tendem a discordarem nas ideologias, o que os políticos entendem como ser herói é ser influente e bom socialmente, terem um bom discurso e fazerem caridade, assim se enxergam como heróis, e que por essa razão não podem ser contestados ou delatados. Porém o que as notícias e suas ações relatam são exatamente o oposto.

Há outros autores também conhecidos que discorrem sobre este mesmo assunto e defendem a mesma ideologia de discurso, um texto pouco citado, mas altamente importante é a Constituição Brasileira de 1988. Nela advêm todos os direitos e deveres do cidadão. Nela também se discorre sobre algumas proibições de atos ilícitos, como o que diz que não se pode compelir alguém.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
Constituição Federal Brasileira, (1988), <http://www.planalto.gov.br>)

O discurso político, para ser analisado, requer a singela necessidade de que o pesquisador não defenda partido A ou B. Quem estuda e faz pesquisas de algum assunto não pode se agarrar a “punho de ferro” a uma só ideologia, mas sim ser aberto a diferentes opiniões, para então ter uma real noção, e compor a veracidade do discurso; como coloca o segundo autor aqui citado, alguns políticos fazem discursos velados, para assim mitigar certos efeitos de alguns atos de ilicitude.

O presente artigo tem como objetivo analisar o discurso político que de modo velado legitima a corrupção ao mitigar seus efeitos, ou naturalizar sua prática entre atores políticos. A teoria que embasa este estudo é a abordagem sociocognitiva de van Dijk (2003, 2006, 2010), que como a proposta teórica da análise crítica do discurso, estuda as relações de abuso de poder e de dominação (VERAS, 2012, pag. 01).

Uma das mais faladas delações feitas atualmente foi a do empresário Joesley Batista, o qual divulgou conteúdos de fala do atual presidente brasileiro, Michel Temer (PMDB), e gerou imensas polêmicas sobre o atual governo. A interpretação que se entende de uma delação gera atos que podem decidir o que vai ocorrer a partir daquele momento em uma vida, ela tem força de prova para gerar uma condenação.

No contexto que segue, a oratória política é o ponto mais forte quando se quer conseguir algo, ela tem força de convencimento quando é tempo de campanha, tem controle para vigorar e vetar leis e tem poder para condenar e livrar alguém como é o caso da delação feita por políticos. Nesse mesmo sentido, é no âmbito discursivo que alguns representantes públicos não aceitem acusações e persuasões feitas ao seu respeito, pois se todos têm o dom da oratória e persuasão, então todos querem fazer sua defesa que também advém da fala, ou seja, dar seu próprio discurso em sua defesa. Traz-se então a discussão do início desse trabalho, “a os outros eu aponto erro, a mim eu aponto defesa” abordando então a questão do rigor e da indulgência, Veras declara

que:

Assim como as crenças são organizadas, as atitudes ideológicas também são, por meio das características do discurso político e da organização política, por meio dos grupos e de seus relacionamentos. (VERAS, 2012, p. 03).

De acordo com a citação, o discurso é organizado e embaçado no que se acredita, neste contexto, o que é erro ou que é acerto.

Ao ler o livro de Maquiavel “O príncipe” (2017), percebermos que se trata de esquemas, artimanhas e ensinamentos políticos, como se fossem as regras de um jogo na qual essas regras lhe levariam a ganhar, ou seja, a governar. O livro é antigo, mas não é exagero dizer que contemporaneamente os governantes brasileiros usam as mesmas táticas, que Maquiavel propõe em seu livro, táticas essas para ganhar e se manter no governo e que passam propriamente pelo “discurso” da legitimidade de praticarem a indulgência para consigo mesmo e o rigor para com a outra parte.

Já Veras discorre sobre política, delações, discursos e relatos bem mais atuais do que os citados anteriormente. Veras relata sobre discursos políticos e a constante eloquência nesses discursos até quando é para mitigar assuntos ruins como a corrupção na política, a força que esses discursos têm, qual o papel que a mídia contribui para que esse discurso alcance o raciocínio humano e assim modificar o comportamento e a percepção do eleitorado.

Bem, não poderíamos assim dizer que foi uma falha dos autores ou esquecimento, talvez por que os autores não pautem a mesma ideia central, mas entre o que Maquiavel escreve e o que Veras escreve existe uma falsa ideia de que as linhas de pensamentos sejam iguais; no trecho, quando Veras cita van Dijk:

Segundo Rojo Evan Dijk (1997), o elemento fundamental na maioria das formas de legitimação social e política é a busca de aprovação normativa para as ações políticas de um grupo ou instituição que detém o poder (frequentemente as elites, o parlamento ou o estado). De modo que a legitimação ocorre mediante estratégias discursivas de persuasão, ou manipulação, a fim de justificar suas ações diante da sociedade. [Deessa forma] ... a legitimação a ser analisada se dá por meio de discurso persuasivo. No discurso de legitimação, a prática de corrupção política é ignorada, distorcida ou reinterpretada, de modo a ser percebida como aceitável ou normal. (VERAS, 2012, p. 280).

Quando Veras cita o que van Dijk já havia falado sobre legitimação social a base

de política, eles estão em uma mesma sintonia de pensamento, que é o que pensamos quando lemos este outro trecho de Maquiavel:

Mas por que pode-se tornar príncipe ainda por dois modos que não podem ser atribuídos totalmente a fortuna ou a virtude, não me parece acertado pô-los de parte, ainda que de um deles se possa mais amplamente cogitar em falando das republicas. Estes são, ou quando por qualquer meio criminoso e nefário se acende ao principado, ou quando um cidadão privado torna-se príncipe de sua pátria pelo favor de seus concidadãos. (MAQUIAVEL, 2017, p. 51).

Tanto esse trecho como o anterior parece estar falando e defendendo o mesmo ponto de vista, que para conseguir um “principado”, ou seja, um governo tem que se usar de corrupção ou formas criminosas. Enquanto Maquiavel defende seu escrito como estratégias discursivas

para conseguir o principado, Veras faz quase os mesmos relatos como se fosse uma denúncia

que nos faz perceber a falácia discursiva de Maquiavel sobre atos políticos criminosos.

Bem essa é a comparação: Maquiavel expõe as estratégias discursivas da manipulação política e, por sua vez, Veras critica o ato, por que se sabe que viver em uma república em que o governo é corrupto e que consegue os objetivos por meio de discursos persuasivos não pode ser considerado produtivo e criador de um estado de bem-estar social. Daí que em busca da legitimidade de seus discursos em prol da manutenção do poder, ocorrem os discursos de rigor e indulgência, a saber, quando, num contexto de delação premiada, defendem discursivamente seus próprios interesses (indulgência) e acusam com um discurso severo a outra ala partidária (indulgência).

4. METODOLOGIA

Essa pesquisa será baseada primeiramente em uma revisão bibliográfica do tema “discurso e poder” e “discurso e política”, para então se proceder a uma análise das situações de rigor e indulgência em contexto de delações premiadas. Para a coleta de dados, serão usados textos jornalísticos diversos, vídeos, audionews, podcasts e fontes outras, que ajudem a fazer um recorte específico das questões em foco. Três eixos de discussão centrais e inter-relacionados neste trabalho nos ajudarão a fundamentar metodologicamente a análise proposta por este trabalho:

Discurso político: a teoria de Teun A. van Dijk constitui uma leitura capital para estudiosos do assunto, pois problematiza questões de extrema relevância para as relações sociais contemporâneas sob o olhar crítico do discurso, apontando como as relações de dominação se concretizam nas práticas de linguagem cotidianas. Sua obra oferece modelos de investigação e temas de pesquisa que podem contribuir para a formação de leitores e ouvintes críticos e conscientes do papel do discurso na sociedade, sob uma ótica até então de certa forma negligenciada, a cognição social.

Rigor e indulgência: enquanto categoria de análise retórica, rigor e indulgência refletirá sobre a austeridade do discurso ou sua ou de sua contraparte, a flexibilidade do discurso em situações de jogos do poder em que a manipulação discursiva é a peça central de interesses políticos em contextos de adversidade. Van Dijk (2008) associa manipulação com abuso de poder e atenta para a necessária consciência que esse tipo de controle perpassa inicialmente o controle da mente das pessoas (por meio de crenças, conhecimentos, opiniões e ideologias) para, conseqüentemente, atingir o controle de suas ações.

Mídia e poder: o enfoque que a mídia dá a certos acontecimentos como as delações premiadas muitas vezes vêm cercado da interpretação, manipulação e jogos ideológicos circunscritos às próprias mídias. Neste sentido, recortes jornalísticos, dentre outros, nos ajudarão a analisar as circunstâncias ideológicas que circundam as mídias no controle e manipulação da opinião pública.

5. CRONOGRAMA

Tabela 1 - Atividades realizadas nos semestres 2017.2 e 2018.1

Atividades	2017.2				
	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
Leitura sobre política	X				
Leitura sobre discursos políticos		X	X		
Coleta do Corpus				X	X

Atividades	2018.1				
	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Análise preliminar do Corpus	X				
Conversa analítica com um político	-	-	-	-	-
Organização do projeto acadêmico				X	
Apresentação do projeto					X

Fonte: elaborado pela autora.

6. REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: três

estrelas, 2017. DIJK, Van. **Discurso e poder**. São Paulo:

contexto, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: jardim dos livros, 2017.

GUIMARÃES, Ulisses. **Constituição federal brasileira**. Vade mecum,

saraiva, 2017.

VERAS, Valney. **Análise crítica do discurso político da corrupção: uma abordagem sociocognitiva**. Fortaleza, 2012.